AGENDA ANIMALISTA

PARANÁ 2026

SILVESTRES E DOMÉSTICOS



BEM-ESTAR ANIMAL

CONSERVAÇÃO DA FAUNA

Propostas para políticas públicas integradas, inovadoras e eficazes em proteção, bem-estar e conservação da fauna do Paraná.

GESTÃO PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO

SUSTENTABILIDADE E FUTURO

INTRODUÇÃO

O Paraná vive um momento decisivo na construção de políticas públicas modernas, integradas e eficientes para o manejo de animais domésticos e silvestres. O crescimento urbano acelerado, os impactos das mudanças climáticas, o aumento dos casos de abandono, maus-tratos e tráfico de fauna, bem como a expansão dos conflitos entre seres humanos e animais, exigem do Estado uma atuação estratégica, técnica e permanente.

Ao mesmo tempo, a sociedade paranaense demonstra uma conscientização cada vez maior sobre a importância da proteção animal, da conservação da biodiversidade, da saúde pública veterinária e do equilíbrio ambiental como pilares fundamentais para o desenvolvimento sustentável. O tema deixou de ser apenas uma pauta ambiental ou de bem-estar animal: tornou-se uma questão de saúde única ("One Health"), segurança pública, gestão territorial, educação, prevenção de desastres e desenvolvimento econômico.

Diante desse cenário, esta Agenda foi elaborada com o propósito de contribuir tecnicamente com os candidatos ao Governo do Estado do Paraná, oferecendo propostas estruturantes capazes de fortalecer a atuação do poder público estadual nos próximos anos.

A proposta parte do entendimento de que o Paraná possui potencial para se tornar referência nacional em gestão integrada da fauna e dos animais domésticos, desde que haja fortalecimento institucional, atualização dos marcos regulatórios, ampliação das equipes técnicas, integração entre órgãos públicos, consórcios, municípios, universidades, forças de segurança, setor produtivo e sociedade civil organizada.

Esta agenda não se limita à identificação de problemas. Seu objetivo principal é apresentar caminhos viáveis e fundamentados para a construção de políticas públicas permanentes, capazes de gerar resultados concretos para a população, para os municípios e para os animais.

Mais do que uma pauta setorial, o manejo adequado de animais domésticos e silvestres representa um compromisso com a qualidade de vida da população, com a preservação ambiental, com a saúde coletiva, com a segurança das cidades e com o futuro sustentável do Paraná.

Espera-se que este documento contribua para qualificar o debate eleitoral de 2026, incentivando a construção de propostas de governo modernas, integradas e compatíveis com os desafios contemporâneos do Estado.



AGENDA PARANÁ 2026 PARA A FAUNA SILVESTRE

A Agenda Estadual para a Fauna Silvestre do Paraná está estruturada em nove eixos estratégicos, e tem o objetivo de modernizar a gestão da fauna, fortalecer a conservação da biodiversidade e ampliar a capacidade de resposta do Estado diante dos desafios ambientais, sanitários e climáticos.

1. FORTALECIMENTO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

O principal desafio identificado é a fragmentação das normas e a ausência de uma política estadual consolidada para fauna silvestre. A proposta prevê:

- Criação de uma Lei Estadual de Proteção e Gestão da Fauna Silvestre;
- Implantação do Sistema Estadual de Gestão da Fauna Silvestre;
- Definição clara das competências entre Estado, consórcios e municípios;
- Elaboração de um Plano Estadual de Fauna Silvestre com horizonte de 10 anos;
- Padronização dos protocolos de resgate, tratamento, soltura, monitoramento, zoonoses, atropelamentos e desastres climáticos.

2. REESTRUTURAÇÃO DO IAT E AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE OPERACIONAL

Há um déficit de servidores, desigualdades entre regionais e insuficiência de infraestrutura.
As principais ações são:

- Realização de concursos públicos e criação de carreira especializada em fauna;
- Equalização das 21 regionais do IAT;
- Formação de equipes multidisciplinares permanentes;
- Implantação de equipes de resposta rápida 24 horas;
- Ampliação da rede de CAFS, CETRAS e centros regionais;
- Criação de plataforma estadual integrada para gestão de resgates, internações e solturas.

3. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E GOVERNANÇA DE DADOS

Há reconhecimento da fragmentação dos dados e da baixa utilização de tecnologias avançadas.
As propostas incluem:

- Plataforma estadual integrada de informações sobre fauna;
- Sistema geográfico para mapeamento de biodiversidade e atropelamentos;
- Rede de monitoramento epidemiológico baseada no conceito de Saúde Única (One Health);
- Indicadores estaduais de biodiversidade;
- Cooperação permanente com universidades;
- Uso de inteligência artificial, telemetria, drones e bioacústica;
- Aquisição de equipamentos modernos para fiscalização e combate ao tráfico.

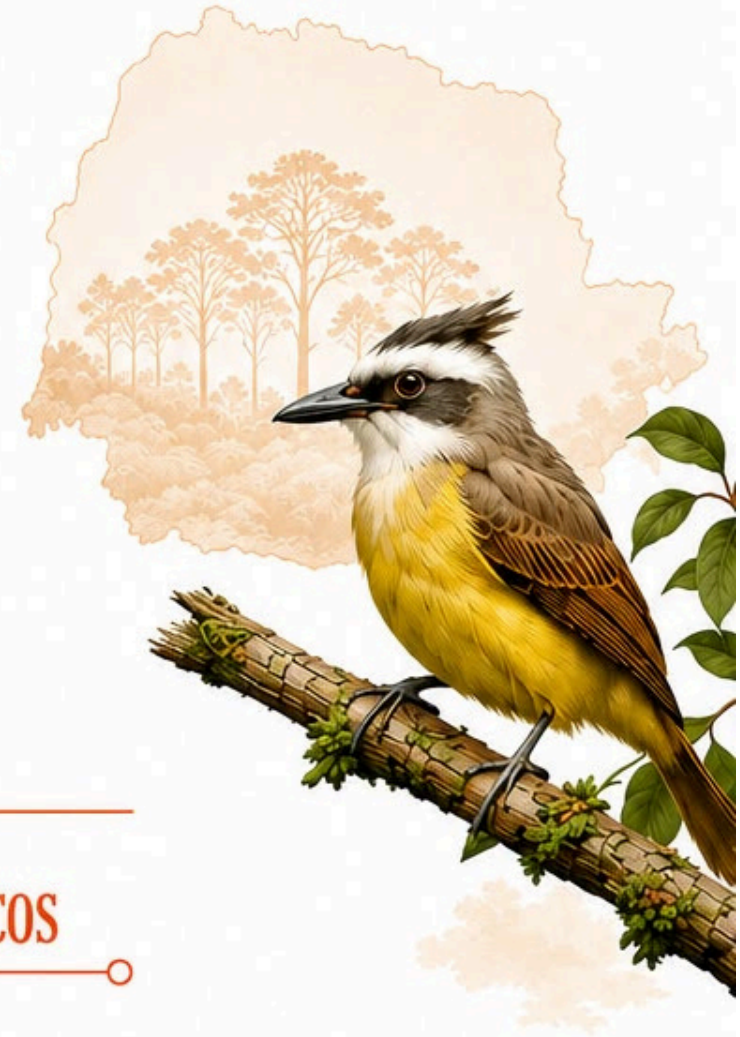
4. FORTALECIMENTO DAS FORÇAS DE SEGURANÇA

Os principais gargalos são o déficit de efetivo, baixa integração institucional e fragilidade da inteligência ambiental.
As ações propostas incluem:

- Ampliação do efetivo da Polícia Ambiental;
- Criação do Centro Estadual Integrado de Proteção à Fauna;
- Implantação de Núcleo Estadual de Inteligência contra Crimes Ambientais;
- Programa permanente de combate ao tráfico de animais silvestres;
- Sistema estadual de monitoramento de atropelamentos;
- Implantação de passagens de fauna e corredores ecológicos;
- Equipes especializadas para resposta a incêndios, enchentes e acidentes ambientais.



5. INTEGRAÇÃO DAS UNIVERSIDADES



O Paraná possui uma rede universitária robusta, mas ainda pouco integrada às políticas públicas.

A agenda propõe:

- Formação especializada em fauna silvestre;
- Rede Estadual Permanente de Parceiros da Fauna;
- Rede Paranaense de Pesquisa Aplicada à Fauna Silvestre;
- Comitê Científico Estadual;
- Observatório Estadual da Fauna Silvestre;
- Financiamento contínuo para pesquisa e atendimento.

6. PREPARAÇÃO PARA DESASTRES CLIMÁTICOS

O Estado ainda não possui um plano estruturado para atendimento da fauna em emergências.

As propostas incluem:

- Criação do **Plano Estadual de Emergência para Fauna Silvestre;**
- Integração entre IAT, Defesa Civil, Bombeiros, Polícia Ambiental e municípios;
- Centros emergenciais de atendimento à fauna;
- Brigadas especializadas para queimadas;
- Sistema de alerta precoce;
- Vigilância epidemiológica;
- Mapas de vulnerabilidade climática;
- Proteção de corredores ecológicos para deslocamento da fauna.



Também prevê:

- Transferências fundo a fundo;
- Editais para ONGs e universidades;
- Financiamento de consórcios intermunicipais.

7. RELAÇÃO ESTADO-CONSÓRCIOS-MUNICÍPIOS

Muitos municípios não possuem estrutura técnica para atender fauna silvestre.

As ações previstas são:

- Programa Estadual de Apoio à Gestão Municipal e Consorciada;
- Centrais macrorregionais de atendimento;
- Protocolos estaduais padronizados;
- Sistema regional de transporte de fauna;
- Capacitação permanente de equipes dos consórcios e municipais;
- Fóruns regionais de governança da fauna;
- Modelo de cofinanciamento entre Estado, consórcios e municípios.





8. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

A proposta cria um modelo permanente de financiamento baseado em cinco fontes.

Fonte	Instrumento
Multas ambientais	FEMA
Licenciamento de fauna	Receita própria do IAT
Compensação ambiental	Termos de Compromisso Ambiental
ICMS Ecológico	Incentivos por biodiversidade
Créditos de biodiversidade	Parcerias ESG



Também prevê:

- Transferências fundo a fundo;
- Editais para ONGs e universidades;
- Financiamento de consórcios intermunicipais.

9. TEMAS ESTRATÉGICOS COMPLEMENTARES

A agenda incorpora ainda políticas relacionadas a:

- Educação ambiental;
- Conservação de polinizadores;
- Combate ao desmatamento e às queimadas;
- Saneamento básico e proteção hídrica;
- Controle da poluição e resíduos sólidos;
- Economia verde;
- Conservação costeira;
- Proibição de fogos com estampido;
- Fim do uso de animais silvestres em circos;
- Desenvolvimento de métodos alternativos aos testes em animais.



Síntese Geral



A proposta busca transformar a política de fauna silvestre do Paraná de um modelo predominantemente reativo e fragmentado para um **Sistema Estadual Integrado de Gestão da Fauna Silvestre**, baseado em cinco pilares centrais:

1. **Governança e marco legal robustos;**
2. **Estrutura técnica e operacional fortalecida;**
3. **Ciência, inovação e inteligência de dados;**
4. **Regionalização e cooperação com consórcios, municípios e universidades;**
5. **Financiamento permanente e preparação para mudanças climáticas.**

O resultado esperado é uma política pública capaz de ampliar a conservação da biodiversidade, reduzir o tráfego e os atropelamentos de fauna, melhorar a resposta a desastres ambientais e fortalecer a integração entre Estado, municípios, academia e sociedade civil.



Agenda Paraná 2026 para Fauna Doméstica

A **Agenda Estadual para Fauna Doméstica** está estruturada em sete eixos estratégicos, e tem o objetivo de fortalecer e modernizar a gestão e ampliar a capacidade de resposta do Estado diante dos desafios presentes entre os consórcios e municípios.



1. MODERNIZAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

O principal desafio é superar a atual fragmentação legislativa e criar um sistema jurídico integrado

As principais propostas são:

- Criação de um **Código Estadual de Proteção e Bem-Estar Animal;**
- Lei estadual de identificação e microchipagem;
- Política permanente de manejo populacional e castração;
- Regulamentação da proteção animal em desastres;
- Reconhecimento dos animais comunitários;

Objetivo: criar segurança jurídica, definir responsabilidades e garantir financiamento contínuo.

2. FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA SEDEST E DO IAT

A gestão da Fauna Doméstica deve deixar de ser uma pauta secundária e passar a possuir estrutura administrativa própria dentro do Estado.

Principais propostas:

- Criação de uma **Diretoria ou Subsecretaria Estadual de Fauna Doméstica;**
- Formação de equipes técnicas nas 21 regionais do IAT;
- Criação do Plano Estadual de Proteção e Bem-Estar Animal;
- Sistema Estadual de Informações sobre Animais Domésticos;
- Programa estadual de apoio técnico e financeiro aos consórcios e municípios;
- Centro de Inteligência e Inovação em Proteção Animal;
- Comitê Estadual de Governança da Causa Animal.

Objetivo: estruturar uma política pública coordenada, monitorada e regionalizada.

3. SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AOS MAUS-TRATOS



A agenda propõe transformar a proteção de animais domésticos em uma política integrada de segurança pública.

Principais ações:

- Programa Estadual de Combate aos Maus-Tratos;
- Rede de Delegacias ou Núcleos Especializados;
- Capacitação das forças de segurança;
- Sistema Estadual de Denúncias e Inteligência;
- Rede Estadual de Perícia Veterinária;
- Atendimento e destinação adequada de animais aprendidos;
- Observatório de Crimes Contra Animais;
- Combate ao comércio ilegal de animais;
- Integração entre proteção animal e violência doméstica;
- Câmara permanente envolvendo Executivo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria.

Objetivo: aumentar a prevenção, fiscalização e responsabilização dos infratores.

4. PAPEL ESTRATÉGICO DAS UNIVERSIDADES



O Paraná possui uma das maiores capacidades acadêmicas do país na área de Medicina Veterinária Clínica e na Universidade Federal do Paraná o maior centro de formação em Medicina Veterinária do Coletivo.

As propostas incluem:

- Rede Estadual Universitária de Proteção Animal;
- Programas de extensão universitária;
- Estender o ensino da Medicina Veterinária do Coletivo para as demais Universidades;
- Rede de hospitais veterinários universitários parceiros;
- Pesquisa aplicada voltada a abandono, superpopulação, guarda responsável, violência contra animais e desastres;
- Apoio técnico permanente aos consórcios e municípios;

Objetivo: transformar conhecimento científico em políticas públicas efetivas.

5. REGIONALIZAÇÃO POR MEIO DOS CONSÓRCIOS MUNICIPAIS

É a principal estratégia para atender municípios pequenos e médios.

As principais propostas são:

- Programa Estadual de Regionalização da Proteção Animal;
- Fundo Estadual de Apoio aos Consórcios;
- Rede de Hospitais Veterinários Regionais;
- Rede Regional de Castração e Identificação Animal;
- Sistema Estadual Integrado de Gestão Animal;
- Programa de Resposta Emergencial Regionalizada;
- Rede Regional de Abrigamento e Adoção;
- Programa de Compras Compartilhadas;

Objetivo: reduzir custos, ampliar escala e garantir continuidade das políticas públicas.



6. RESPOSTAS A DESASTRES E EMERGÊNCIAS

Os eventos climáticos extremos serão cada vez mais frequentes e os animais domésticos precisarão integrar a política estadual de gestão de riscos.

As principais propostas são:

- Programa Estadual de Proteção Animal em Desastres;
- Rede Estadual de Brigadas de Resgate Animal;
- Fundo Estadual para Emergências;
- Rede Regional de Abrigos Emergenciais;
- Sistema Estadual de Identificação Animal;
- Capacitação de servidores e voluntários;
- Centro Estadual de Operações para Emergências com Animais;
- Rede de Hospitais Veterinários de Apoio Emergencial;
- Estoques estratégicos de ração, medicamentos e insumos;
- Plano Estadual de Adaptação Climática para Animais Domésticos.

Objetivo: estruturar um sistema permanente de prevenção, resposta e recuperação.



7. FINANCIAMENTO PERMANENTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O maior gargalo da causa animal não é apenas a falta de recursos, mas a ausência de um modelo estável de financiamento.

ÁREAS PRIORITÁRIAS DE INVESTIMENTO

- Castração e manejo populacional;
- Microchipagem e identificação;
- Hospitais veterinários públicos;
- Consórcios municipais;
- Abrigos e acolhimento temporário;
- Combate aos maus-tratos;
- Capacitação de gestores;
- Sistemas de informação;
- Educação para guarda responsável;
- Resposta a desastres.

INSTRUMENTOS PROPOSTOS

- Fundo Estadual do Meio Ambiente;
- Transferências fundo a fundo;
- Editais estaduais;
- Convênios com consórcios e municípios;
- Convênios com universidades;
- Parcerias com organizações da sociedade civil;
- Recursos provenientes de multas e compensações ambientais;
- Linhas especiais para emergências;
- Programas plurianuais de investimento;
- Financiamento baseado em desempenho.



Síntese Geral

A Agenda Paraná 2026 para Animais Domésticos propõe a criação de um verdadeiro **Sistema Estadual de Proteção Animal,** apoiado em cinco pilares fundamentais:

1. **Marco legal moderno e integrado;**
2. **Estrutura institucional forte dentro do Estado;**
3. **Regionalização dos serviços por meio dos consórcios municipais;**
4. **Integração entre universidades, forças de segurança e gestores públicos;**
5. **Financiamento permanente e previsível.**

O resultado esperado é transformar a proteção animal de iniciativas isoladas e emergenciais em uma política pública estruturada, capaz de reduzir o abandono, controlar a superpopulação de cães e gatos, ampliar o atendimento veterinário, combater maus-tratos, responder a desastres e promover o bem-estar animal em todo o Paraná.



PAUTA PARA OS PRÉ CANDIDATOS A DEPUTADO (A) FEDERAL OU SENADOR (A):

1. COMBATE AOS MAUS-TRATOS E CRIMES CONTRA A FAUNA

Atuar pelo aumento das penas aplicadas aos crimes de maus-tratos contra todos os animais, não apenas cães e gatos, garantindo maior rigor na responsabilização dos infratores. Defender punições ainda mais severas para crimes praticados contra animais silvestres, especialmente espécies ameaçadas de extinção, reconhecendo os impactos desses crimes soóre a biodiversidade brasileira.

2. AMPLIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESTERILIZAÇÃO DE CÃES E GATOS

Atuar pela ampliação e fortalecimento dos programas federais de esterilização, identificação e microchipagem de cães e gatos, por meio da criação e consolidação de um Fundo Nacional de Proteção Animal, permitindo que organizações da sociedade civil, municípios e demais entidades habilitadas apresentem projetos para captação de recursos destinados ao controle populacional ético e ao combate ao abandono.

3. FORTALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES DE PROTEÇÃO ANIMAL

Atuar pela criação de mecanismos permanentes de sustentabilidade financeira para as organizações de proteção animal, com destaque para a inclusão dessas entidades entre as beneficiárias de incentivos fiscais para doações realizadas por pessoas físicas e jurídicas por meio do Imposto de Renda, nos moldes já existentes para entidades de assistência social, cultura, esporte e infância.

4. PROTEÇÃO DA FAUNA SILVESTRE

Atuar no combate ao tráfico de animais silvestres, no fortalecimento dos órgãos ambientais e na proteção dos habitats naturais da fauna brasileira.

5. POSICIONAMENTO CONTRÁRIO À CAÇA

Posicionar-se de forma contrária a qualquer proposta legislativa ou administrativa que vise ampliar, flexibilizar ou incentivar a caça de animais no Brasil, defendendo políticas de conservação da biodiversidade e proteção da fauna silvestre.

6. RECURSOS PERMANENTES PARA A PROTEÇÃO ANIMAL

Defender a destinação de recursos públicos permanentes para programas de proteção, bem-estar animal, medicina veterinária pública, educação para guarda responsável e combate aos maus-tratos.

PAUTA PARA OS PRÉ-CANDIDATOS ÀS ELEIÇÕES PARA DEPUTADO(A) ESTADUAL

1. Combate aos Maus-Tratos

Fortalecer a fiscalização, a investigação e as punições para crimes contra os animais, com atenção especial aos animais silvestres ameaçados de extinção. Através do fortalecimento das Forças de Segurança para este fim.

2. Sobre CASTRAPET

Ampliar os recursos do programa e criar mecanismos para que organizações da sociedade civil habilitadas possam acessar recursos públicos para execução direta de programas de esterilização, identificação e educação. Da mesma forma garantir que consórcios intermunicipais possam participar e serem contemplados.

3. Fundo Estadual do Meio Ambiente

Garantir que seja possível a utilização de recursos do fundo para castração, atendimento veterinário, combate aos maus-tratos, educação e atendimento emergencial.

4. Serviço de Atendimento Veterinário

Implantar uma rede estadual de atendimento veterinário para tutores em vulnerabilidade social e protetoras independentes, utilizando clínicas e hospitais credenciados.

5. Proteção da Fauna Silvestre

Combater o tráfico de animais, fortalecer centros de reabilitação, recuperar habitats e ampliar ações de conservação da biodiversidade. Promover passagens de fauna, cercamentos, sinalização e monitoramento em rodovias estaduais.

6. Fortalecimento das Organizações de Proteção Animal

Criar uma Lei Estadual de Incentivo à Proteção Animal nos moldes das existentes para Esporte e Cultura; ampliando o acesso das entidades ao banco de ração; castração; destinação de emendas parlamentares e programas institucionais.

7. Reconhecimento das Protetoras Independentes

Reconhecer oficialmente as protetoras independentes como agentes fundamentais da proteção animal, com programas de capacitação, certificação, acesso ao banco de ração, atendimento veterinário, castração e demais políticas públicas, observados critérios de boas práticas, transparência e bem-estar animal.

REPRESENTANTES DA AGENDA ANIMALISTA 2026 NAS REGIÕES DO ESTADO

NOME	CONTATO	REGIÃO DE
Marcia Santin	44-999616751	Maringá
Silvia Ednaira Lopes	44-920001739	Maringá
Claudineia Kraveski	44-933007243	Campo Mourão
Maria Izabel Balabuch	44-998814206	Campo Mourão
Célia Aparecida Lopes	44-999112140	Cianorte
Ana Maria Polaquini	44-99945-8902	Umuarama
Kátia Regina Ceron	44-999657060	Paranavaí
Ivoneide Alves da Silva	43-999936814	Londrina
Angélica do Nascimento Gobatto	43-996429302	Cornélio Procópio
Rosemari Lamberti	45-998470339	Cascavel
Ana Paula Breowicz Slonski	46-999721462	Francisco Beltrão
Júlia Ramos Schweitzer	48-999146495	União da Vitória
Marcelo Fonseca Machado	11-976749928	Lapa
Paulo Colnaghi	41-98825-1260	Curitiba
Silvia Marcondes	41-99977-1947	Curitiba
Glaucia Camila Cabral Alves	41-987048998	Paranaguá
Ana Paula Fiori Sikora	42-999711765	Ponta Grossa
Erika Zanoni Fagundes Cunha	42-999090043	Ponta Grossa
Grazielle Maria Losso	42-991380050	Guarapuava
Margareth de Fátima Maciel	42-991044535	Guarapuava
Andreia Regina Carneiro	42-998214636	Irati
Alana Brito	45-999585049	Laranjeiras do Sul

AGENDA ANIMALISTA ELEIÇÕES 2026

AGENDA PARANÁ 2026

PARA FAUNA SILVESTRE E DOMÉSTICA

Elaborada pela Sociedade Civil Organizada - Causa Animal.



AGENDA ANIMALISTA
PARANÁ 2026

9 786589 745312 >